



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES Nº TRF2-ETP-2023/00217**

**01. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

1.1 - Uma das atribuições da Seção de Transporte - SETRAN é planejar, coordenar, supervisionar e implantar as atividades de transporte institucional e administrativo, inclusive as pertinentes ao transporte de terceirizados, servidores, autoridades e de carga no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.2 - Ressalta-se a situação atual da segurança pública da região metropolitana do Rio de Janeiro, que se encontra entre as mais violentas do país, visto o reconhecido histórico de crimes amplamente divulgado pelos canais de comunicação, essa condição, somada a área de atuação da Justiça Federal, traz visibilidade e aumenta a exposição dos magistrados ao exercerem a sua atividade jurisdicional.

1.3 - Equipar a frota oficial com veículos classificados como pertencente ao grupo "H"- Veículo blindado, está previsto no item VIII, artigo 3º, da Resolução nº 736, do Conselho da Justiça Federal, proporcionando maior segurança aos magistrados desta Corte durante os deslocamentos e nas escoltas nas vias públicas, buscando assim diminuir o risco de atentados, uma vez que a proteção oferecida pela blindagem aumenta a segurança e diminui o risco de vitimização dos ocupantes do veículo.

1.4 - Assim, a necessidade de proporcionar maior segurança aos magistrados desta Corte durante os deslocamentos e nas escoltas nas vias públicas, buscando assim diminuir o risco de atentados, principalmente daquelas autoridades ameaçadas ou em situação de alto risco, nos leva a optar por veículo SUV ou Crossover, em virtude de sua maior altura em relação ao solo que proporciona possibilidade de transpor obstáculos, uma visão ampla e mais elevada para os seguranças e viabilidade de gerar abrigo para outro veículo de menor porte que esteja sendo escoltado.

1.5 - Avaliando outros veículos da frota do GSI, os 4 (quatro) veículos do grupo C utilizados pelo TRF2 já estão com mais de 08 (oito) anos de uso e o veículo do grupo D está com mais de 15 (quinze) anos. O desgaste dos veículos vem demandando maior custo de manutenção e tempo de paradas em oficina, prejudicando o bom andamento das missões, além do que consomem maior quantidade de combustível, poluindo o meio ambiente, onerando a administração e ferindo o PLS atualmente adotado pelo TRF2, além de oferecer poucos itens de segurança aos passageiros em relação aos veículos com tecnologias mais modernas.

1.6 - Portanto, faz-se necessária a substituição por renovação dos veículos dos grupos C e D.

**02. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

2.1 - A solução proposta possui os IDs 54 (veículos tipo SUV ou Crossover), 56 (transporte administrativo) e 57 (van de passageiros) no Plano de Contratações Anual 2023 e está alinhada ao macrodesafio "Fortalecimento da segurança e proteção

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

institucional (FSPI)", tendo como objetivo estratégico o aprimoramento da gestão da Segurança Institucional.

**03. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**3.1 - SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE**

3.1.1 - Os veículos a serem adquiridos devem atender às regras de gestão e controle da emissão de poluentes e do consumo de combustíveis de veículos estabelecidas pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve) e pelo Plano de Controle de Poluição Veicular (PCPV), atendendo aos limites máximos de emissão de poluentes PL7.

3.1.2 - Deverá ser observada a eficiência energética dos veículos, conforme o que dispõe a IN MPOG n. 02, de 4 de junho de 2014, e com a Portaria Inmetro n. 05, de 10 de janeiro de 2012, sendo fundamental que o veículo a ser adquirido esteja classificado com classe de eficiência "A" na ENCE vigente no período da aquisição.

3.1.3 - Os veículos a serem adquiridos deverão atender aos limites máximos de ruídos em aceleração fixados pela Resolução Conama n. 1, de 11 de fevereiro de 1993, e pela Resolução Conama n. 272, de 14 de setembro de 2000.

3.1.4 - A contratada deverá fornecer o registro de regularidade do fabricante do veículo no CTF-APP ou Utilizadoras de Recursos Ambientais CTF, descritas na FTE 6-1, conforme Anexo I da IN Ibama n. 06, de 15 de março de 2013.

**04. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:**

4.1 - Este TRF possui 10 (dez) veículos blindados, sendo que 06 (seis) atendem aos Magistrados das Turmas Especializadas Criminais, 01 (um) é utilizado nos traslados do Presidente do Tribunal e 03 (três) atendem ao GSI nas missões de escolta e segurança de Magistrados ameaçados.

4.2 - No ano 2023, o GSI já recebeu 06 (seis) comunicações de ameaças a magistrados, sendo 03 (três) Desembargadores deste TRF e 03 (três) Juízes Federais da Seccional do Rio de Janeiro.

4.3 - Com a possibilidade de aumento da demanda da utilização dos veículos blindados, a aquisição de mais 04 (quatro) veículos ampliará a capacidade do GSI em resguardar os Magistrados que venham a sofrer ameaças.

4.4 - A fim de dar prosseguimento à renovação da frota do TRF, faz-se necessária a substituição das Vans de passageiro e dos veículos de transporte administrativo por outros mais modernos, adequados às demandas atuais do órgão.

4.5 - Com a finalidade de se proceder com a substituição gradativa dos veículos, diminuindo o impacto nas despesas do exercício, de acordo com o nível de desgaste e obsolescência dos veículos dos grupos C e D, optou-se pela aquisição de 02 (duas) unidades de cada grupo.

**05. LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

## 5.1- VEÍCULOS TIPO SUV OU CROSSOVER BLINDADOS

5.1.1 - Solução Escolhida: aquisição de 04 (quatro) veículos, tipo SUV, blindados para uso nas escoltas nas vias públicas, buscando assim diminuir o risco de atentados, uma vez que a proteção oferecida pela blindagem aumenta a segurança e diminui o risco de vitimização dos ocupantes do veículo.

5.1.2 - O tipo de transporte que se deseja adquirir é de característica específica para deslocamentos das autoridades nas escoltas nas vias públicas, a fim de diminuir o risco de atentados, principalmente daquelas autoridades ameaçadas ou em situação de alto risco.

5.1.3 - Pela natureza dos serviços e a possibilidade de deslocamentos sem prévio aviso, de forma emergencial, não existe alternativa à aquisição dos veículos, já que a velocidade e eficiência no atendimento à qualquer ocorrência ou demanda poderá influenciar na segurança física de todos os envolvidos.

5.1.4 - Optou-se pela aquisição dos veículos através de pregão, pelo sistema de registro de preços.

## 5.2 - VEÍCULOS DE TRANSPORTE ADMINISTRATIVO

5.2.1 - Atualmente, embora o TRF da 2ª Região possua 04 (quatro) veículos do grupo C, eles possuem mais de 08 (oito) anos de uso, demandando maior custo de manutenção e tempo de paradas em oficina, prejudicando o bom andamento das missões, consumindo maior quantidade de combustível, poluindo o meio ambiente e onerando a administração, ferindo o PLS atualmente adotado pelo TRF2.

5.2.2 - A escolha pela aquisição de veículos de médio porte, tipo sedan, cor branca, com capacidade de transporte de até 5 (cinco) passageiros, motor de potência máxima de 130cv e itens de segurança condizentes com o serviço a ser desempenhado, justifica-se no grupo de veículos classificados no Art. 3º, III, da Resolução nº 736, de 22 de novembro de 2021, do Conselho de Justiça Federal.

5.2.3 - O tipo de veículo classificado no grupo C pelo CJF é amplamente comercializado, sendo ofertados diversos modelos por várias marcas, possibilitando a opção pela aquisição dos veículos através de pregão, pelo sistema de registro de preços.

## 5.3 - VEÍCULOS TIPO VAN DE PASSAGEIROS

5.3.1 - O TRF da 2ª Região possui 01 (um) veículo do grupo D, com mais de 15 (quinze) anos de uso, demandando maior custo de manutenção e tempo de paradas em oficina, prejudicando o bom andamento das missões, consomem maior quantidade de combustível, poluindo o meio ambiente onerando a administração e ferindo o PLS, atualmente adotado pelo TRF2, além da renovação conferir maior segurança aos passageiros com veículo com tecnologias mais modernas na parte de segurança, e maior confiabilidade para transporte para localidades mais distantes.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

5.3.2 - A escolha por veículos Tipo Van, cor branca, com capacidade de transporte de até 15 passageiros + 1 motorista (16) ocupantes, motor de potência condizente com o serviço a ser desempenhado, justifica-se no grupo de veículos classificados no Art. 3º, IV, da Resolução nº 736, de 22 de novembro de 2021, do Conselho de Justiça Federal.

5.3.3 - O tipo de veículo classificado no grupo D pelo CJF é amplamente comercializado, sendo ofertados diversos modelos por várias marcas, possibilitando a opção pela aquisição dos veículos através de pregão, pelo sistema de registro de preços.

5.4 - A fim de não gerar reflexos nos custos da contratação e evitar qualquer alteração no equilíbrio econômico-financeiro do contrato, optou-se por vigência de 06 (seis) meses para a ata de registro de preços.

**06. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

6.1 - O valor global estimado da contratação é de R\$ 1.624.240,00 (um milhão, seiscentos e vinte e quatro mil e duzentos e quarenta reais), conforme documentos nº TRF2-CAP-2023/14499, TRF2-CAP-2023/16758 e TRF2-CAP-2023/21481.

**07. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

7.1 - Os veículos a serem adquiridos deverão conter um período mínimo de garantia de 01 (um) ano, itens específicos de segurança e equipamentos a serem descritos no Termo de Referência e deverão atender as especificações do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) nas categorias A ou B.

7.2 - A garantia deverá ser integral, devendo cobrir qualquer defeito de fabricação do item, quando em condições normais de uso;

7.3 - Durante o período da garantia, a CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

7.4 - A Garantia Técnica deve abranger todo e qualquer defeito de fabricação, ou, ainda, em decorrência de desgaste prematuro, em uso normal, sem qualquer ônus para a Administração;

7.5 - A ocorrência de qualquer defeito do objeto, coberto pela garantia, implicará na obrigação, por parte da CONTRATADA, da correção do problema no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a comunicação oficial, sem ônus para a Administração, podendo ser prorrogado pela Administração, mediante solicitação.

7.6 - A Contratada, durante o período de garantia, deverá prestar esclarecimentos ao Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias após a comunicação oficial, sobre questões relativas à execução do contrato, incluindo-se pendências na correção de problemas nos veículos.

**08. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:**

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

8.1 - Devido à natureza das aquisições, seu parcelamento não se tornaria viável.

**09. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:**

9.1 - A presente contratação trará eficiência nos serviços de transporte coletivo de autoridades, servidores e terceirizados no âmbito do TRF 2ª Região.

**10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO, PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:**

10.1 - Não há necessidade de ações especiais, além dos trâmites convencionais para a realização desta contratação.

**11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:**

11.1 - O objeto deste Estudo Técnico não tem correlação ou interdependência com outros objetos cujas contratações estejam em andamento no atual exercício

**12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:**

12.1 - A respectiva contratação tem por objetivo, inclusive, reduzir os efeitos nocivos à combustão com veículos com maior eficiência energética quanto à queima de combustíveis

**13. PARECER CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

13.1 - A contratação se mostra viável diante da necessidade de manutenção da regularidade do serviço e também da necessidade de substituição de veículos atualmente em uso.

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2023.

FRANCISCO JOSÉ DA SILVA MORAES  
Vice-Diretor Executivo de Operações e Articulação Institucional Adjunto  
Gabinete de Segurança Institucional-TRF2